

Contencioso Geral

72) AÇÃO CIVIL PÚBLICA - Improbidade administrativa - Decreto de indisponibilidade de bens - Presença dos requisitos necessários à decretação - Verificação de indícios suficientes de ocorrência de lesão ao erário - Decisão mantida - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento n. 0431980-51.2010.8.26.0000 - Capão Bonito - 3ª Câmara de Direito Público - Relator: Angelo Malanga - 06/12/2011 - 6870 - Unânime)

73) SENTENÇA - Cumprimento - Impugnação - Depósito judicial realizado para garantir o Juízo - Pretensão à incidência de juros moratórios - Inadmissibilidade, sob pena de configuração de “bis in idem” - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento n. 0201273-50.2011.8.26.0000 - São Paulo - 9ª Câmara de Direito Público - Relator: Antonio Rulli Júnior - 14/12/2011 - 25037 - Unânime)

74) AÇÃO CIVIL PÚBLICA - Improbidade administrativa - Contratação de sistema corporativo de telefonia móvel sem observância de procedimento licitatório - Terceiro particular que concorreu na prática do ato de improbidade administrativa - Ressarcimento do prejuízo de forma solidária - Possibilidade - Afastamento, no entanto, da proibição de contratação com o Poder Público ou receber benefício ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de cinco

anos - Observância da razoabilidade e proporcionalidade - Proibição que causaria sérias restrições à corré e afetaria a competitividade e o mercado consumidor - Recurso da corré provido em parte. (Apelação n. 994.09.240252-1 - Bragança Paulista - 11ª Câmara de Direito Público - Relator: Oscild de Lima Júnior - 02/04/2012 - 7374 - Maioria de votos com voto declarado)

75) PRESCRIÇÃO - Ação de cobrança - Processo movido por servidor público estadual inativo contra a Fazenda Pública - Pretensão de correção monetária sobre vencimentos devidos a título de fator de atualização monetária - Reconhecimento expresso do direito pela Fazenda Estadual antes do vencimento do quinquênio - Atualização monetária devida - Recurso não provido. (Apelação n. 0997827.5/9-00 - São Paulo - 11ª Câmara de Direito Público - Relator: Aroldo Mendes Vioti - 05/12/2011 - 20918 - Unânime)

76) CERCEAMENTO DE DEFESA - Suficiente presença de provas, nos autos, atestando o alegado - Ao julgador é assegurado poderes instrutores e, formada a sua convicção, converter ou não o julgado em diligência (artigo 130 e 330, I, do Código de Processo Civil - Não caracterizada a hipótese “in casu”, impõe-se o julgamento antecipado de lide - Cerceamento inócidente - Preliminar afastada. (Apelação n. 0013102-81.2010.8.26.0053 - São Paulo - 13ª Câmara de Direito Público - Relator: José Roberto Peiretti de Godoy - 08/02/2012 - 16903 - Unânime)

77) SENTENÇA - Julgamento “extra petita” - Inocorrência - Reexame necessário - Concessão de benefício diverso do requerido na inicial - Auxílio acidente concedido com base em perícia médica - Admissibilidade - Anulação do feito afastada - Recurso parcialmente provido. (Apelação n. 0019315-49.2008.8.26.0320 - Limeira - 16ª Câmara de Direito Público - Relator: Renato Correa Meyer Marino - 08/05/2012 - 30 - Unânime)

78) RECURSO - Agravo regimental - Insurgência contra decisão que negou seguimento a agravo de instrumento interposto em sede de expediente administrativo - Descabimento de recurso judicial contra decisão proferida em ex-

pediente administrativo, ainda que para fim de ser estendida, individualmente, a várias ações de execução fiscal - Caso, ademais, em que, mesmo se admitida, a insurgência é inviável, pois não instruída com as peças necessárias à definição da existência do duplo grau de jurisdição e do próprio mérito recursal - Artigo 34 da Lei n. 6830/80 - Recurso desprovido. (Agravo Regimental n. 0283582-31.2011.8.26.0000/50000 - Piracicaba - 18ª Câmara de Direito Público - Relator: Samuel Francisco Mourão Neto - 19/04/2012 - 1261 - Unânime)

Fonte: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Boletim Informativo da Seção de Direito Público, Março e Abril de 2012.